



Outubro/2011

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Administrativa Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da Prova Discursiva - Estudo de Caso.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever o Estudo de Caso, a tinta, no Caderno Definitivo. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Estudo de Caso (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e o Caderno Definitivo da Prova Discursiva - Estudo de Caso.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

[Entre falar e escrever]

Antigamente os professores de ginásio ensinavam a escrever mandando fazer redações que puxavam insensivelmente para a grandiloquência, o preciosismo ou a banalidade: descrever uma floresta, uma tempestade, o estouro da boiada; comentar os males causados pelo fumo, o jogo, a bebida; dizer o que pensa da pátria, da guerra, da bandeira. Bem ou mal, íamos aprendendo, sobretudo porque naquele tempo os professores tinham tempo para corrigir os exercícios escritos (o meu chegava a devolver os nossos com igual número de páginas de observações e comentários a tinta vermelha; que Deus o tenha no céu dos bons gramáticos). Mas o efeito podia ser duvidoso. Lembre-se por analogia o começo do romance **S. Bernardo**, de Graciliano Ramos. O rústico fazendeiro Paulo Honório quer contar a própria vida, mas sendo homem sem instrução, imagina um método prático: contaria os fatos ao jornalista local e este redigiria. No entanto... Leiamos:*

O resultado foi um desastre. Quinze dias depois do nosso primeiro encontro, o redator do jornal apresentou-me dois capítulos datilografados, tão cheios de besteiras que me zanguei: – Vá para o inferno, Gondim. Você acanalhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota! Há lá ninguém que fale dessa forma!

O jornalista observa então que “um artista não pode escrever como fala”, e ante o espanto de Paulo Honório, explica:

– Foi assim que sempre se fez. A literatura é literatura, seu Paulo. A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tinta é outra coisa. Se eu fosse escrever como falo, ninguém me lia.

*Então Paulo Honório põe mãos à obra do seu jeito, “escreve como fala” e resulta o romance **S. Bernardo**, um clássico de Graciliano Ramos.*

(Adaptado de Antonio Candido, **O albatroz e o chinês**)

* **Ginásio:** antiga denominação de período escolar, que hoje corresponde às quatro últimas séries do ensino fundamental.

1. O autor do texto deixa ver que seus professores no ginásio acabavam valorizando, numa redação,
 - (A) formas concisas de expressão e ousada inventividade linguística.
 - (B) ostentação retórica e correta abordagem de temas educativos e cívicos.
 - (C) valores morais edificantes e expressões em nível bastante coloquial.
 - (D) rigorosa correção ortográfica e originalidade na condução de temas polêmicos.
 - (E) o cultivo do pensamento autocrítico e discricção quanto ao estilo praticado.
2. Ao lembrar que *o efeito podia ser duvidoso*, o autor do texto está aventando a hipótese de que, nas redações,
 - (A) as banalidades decorriam do fato de os alunos não terem aceitado as orientações dos professores.
 - (B) alguns fracassos originavam-se do fato de que os temas eram por demais complexos para a faixa etária dos alunos.
 - (C) expressavam-se muitas dúvidas quanto a ser mais desejável a grandiloquência do que o despojamento da linguagem.
 - (D) nem sempre era muito positivo o saldo final das atividades exercidas pelos mestres e pelos alunos.
 - (E) o que parecia ser um defeito ou uma impropriedade era, na verdade, o resultado de um excessivo domínio da língua.
3. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. Os dois trechos citados de **S. Bernardo** ilustram posições antagônicas quanto a atributos que devem marcar a linguagem literária.
 - II. A linguagem do primeiro trecho citado de **S. Bernardo** não satisfaz os requisitos preciosistas impostos pelos antigos professores de ginásio.
 - III. Deduz-se que o jornalista Gondim é um adepto da linguagem direta e simples, havendo mostrado um estilo “pernóstico” apenas para atender o gosto pessoal de Paulo Honório.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.



4. Considerando-se o contexto, indica-se corretamente o sentido assumido por um elemento do texto em:
- (A) *Lembre-se por analogia* = volte-se por contraste
- (B) *puxavam insensivelmente* = tendiam imperceptivelmente
- (C) *acanalhou o troço* = subestimou nosso estilo
- (D) *arranjar palavras com tinta* = passar a limpo um texto
- (E) *põe mãos à obra do seu jeito* = tenciona compor convencionalmente
-
5. As normas de concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:
- (A) Interessava aos antigos professores de português suscitar nos alunos o gosto pelos efeitos de retórica nas redações.
- (B) A nenhum dos professores do ginásio ocorreriam imaginar que a linguagem falada pode ser um registro de alto valor estético.
- (C) Nos dois trechos citados de Graciliano Ramos encontram-se elementos da linguagem falada a que não faltam vivacidade.
- (D) O autor faz votos de que aos bons gramáticos se reservem, por justas razões, acomodação privilegiada no céu.
- (E) Graças às convicções de que Graciliano não abriam mão, acabou produzindo uma obra-prima em estilo seco e incisivo.
-
6. Paulo Honório (**querer**) contar a própria vida, mas, julgando que não o (**conseguir**), (**pedir**) ao jornalista Gondim que o (**fazer**).
- Os verbos indicados entre parênteses estarão adequadamente correlacionados na frase acima caso se flexionem nas seguintes formas:
- (A) quisera – conseguirá – pedisse – faria
- (B) queria – conseguiria – pediu – fizesse
- (C) queria – conseguisse – pedia – faça
- (D) quis – consegue – pede – fizesse
- (E) quis – conseguiu – pediu – faça
-
7. A transposição para a voz ativa da frase *Foi assim que sempre se fez a literatura* tem como resultado:
- (A) Sempre foi assim que a literatura fez.
- (B) Assim é que sempre foi feita a literatura.
- (C) Terá sido feito sempre assim, a literatura.
- (D) Foi sempre assim que a literatura tem feito.
- (E) Foi assim que sempre fizeram a literatura.
-
8. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre texto:
- (A) Muita gente imagina que literatura é aonde se escreve como se fala, embora hajam autores que consigam fazê-lo com arte.
- (B) O gosto literário dos antigos professores de portugueses não suscitava qualquer dúvida quanto ao brilho da retórica exagerada.
- (C) A formulação mesma dos temas de redação era um indubitável encaminhamento do aluno para o estilo grandiloquente.
- (D) A linguagem rude de Paulo Honório não desestimulou-lhe de escrever um romance que se notabilizaria como literário.
- (E) Embora Graciliano Ramos ache mais preferível uma linguagem concisa do que a empolada, ele é um escritor bastante culto.
-
9. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Para o gosto moderno, a grandiloquência não surge ao contrário de outras épocas, como prova de gosto refinado, na verdade a pompa retórica indicia, o vazio do pensamento.
- (B) Para o gosto moderno, a grandiloquência, não surge, ao contrário de outras épocas como prova de gosto refinado, na verdade a pompa retórica indicia: o vazio do pensamento.
- (C) Para o gosto moderno, a grandiloquência não surge, ao contrário de outras épocas, como prova de gosto refinado; na verdade, a pompa retórica indicia o vazio do pensamento.
- (D) Para o gosto moderno, a grandiloquência não surge, ao contrário de outras épocas como prova de gosto refinado, na verdade, a pompa retórica indicia o vazio do pensamento.
- (E) Para o gosto, moderno, a grandiloquência, não surge, ao contrário de outras épocas, como prova de gosto refinado: na verdade a pompa retórica indicia o vazio do pensamento.
-
10. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Não deu certo o tal do método prático em cuja eficiência Paulo Honório chegou a acreditar.
- (B) Para o jornalista, a criação da língua literária requer uma técnica sofisticada em que nenhum escritor pode abdicar.
- (C) Quando Paulo Honório leu os dois capítulos datilografados, sentiu neles um artificialismo verbal de que jamais toleraria.
- (D) Se literatura fosse um arranjo de palavras difíceis, os dicionaristas fariam poemas de cujo brilho ninguém superaria.
- (E) A linguagem com que Paulo Honório de fato aspirava era simples, direta, e não uma coleção de figuras retóricas.



Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto que segue.

Da idade

Sou de opinião que aos vinte anos nosso espírito já se desenvolveu completamente, já é o que será e mostra o de que é capaz. O espírito que até essa idade não deu demonstração evidente de sua fortaleza nunca o dará mais tarde. As qualidades e virtudes de nossa natureza já revelaram, então, o que têm de rigoroso e belo – ou nunca o revelarão. “Se o espinho não pica ao nascer, bem pouco ou nada picará”, já se disse.

As mais belas ações que conheço, deste século ou dos séculos passados, foram praticadas antes dos trinta anos. Quanto a mim, creio ser evidente que meu espírito e meu físico antes diminuíram, depois dessa idade, que aumentaram em força e em lucidez. É o que me leva a considerar desajustadas as nossas leis, não porque nos deixam trabalhar até uma idade demasiado avançada, mas por não o permitirem suficientemente cedo.

(Adaptado de Montaigne, **Ensaaios**)

11. Entre os dois parágrafos do texto estabelece-se uma relação coerente, que deve ser assim traduzida:

- (A) como nosso espírito se fragiliza depois dos vinte anos, é preciso trabalhar até uma idade avançada.
- (B) já que as forças do espírito se manifestam muito cedo, deve-se evitar o trabalho na velhice.
- (C) nos casos de precocidade criativa, os jovens devem deixar de confiar excessivamente no futuro.
- (D) uma vez que nosso espírito se define muito cedo, melhor seria aproveitá-lo em sua plena juventude.
- (E) nos casos de senilidade precoce, devem os velhos afastar-se em benefício dos jovens.

12. No contexto, o sentido do provérbio “*Se o espinho não pica ao nascer, bem pouco ou nada picará*” encontra equivalência em:

- (A) O que cedo não se revela jamais se revelará.
- (B) A cada dia devem bastar seus próprios males.
- (C) Não se pode apressar a natureza.
- (D) A vigilância contínua é o caminho do sucesso.
- (E) Mais vale o próximo possível que o ideal distante.

13. Deve-se **corrigir**, por falha estrutural, a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Montaigne vale-se de sua experiência pessoal para argumentar em favor de um melhor aproveitamento do trabalho dos jovens.
- (B) Muitos acreditam, como Montaigne, que o nosso espírito se define cedo e que pouco a ele acrescentará a passagem do tempo.
- (C) Como se acredita que logo se defina o espírito dos jovens, razão pela qual há quem os queira trabalhando mais cedo.
- (D) A crítica que faz Montaigne às leis diz respeito às restrições que elas impõem ao aproveitamento do trabalho dos mais jovens.
- (E) Será que um lento aprendizado, proporcionado pelas experiências, vale menos do que as inclinações naturais?

14. Nosso espírito logo se define, logo se agregam ao nosso espírito as marcas que distinguirão nosso espírito para sempre, já que nunca faltarão ao nosso espírito os impulsos determinantes da natureza.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) agregam-no – lhe distinguirão – lhe faltarão
- (B) agregam-lhe – lhe distinguirão – faltar-lhe-ão
- (C) agregam a ele – lhe distinguirão – lhe faltarão
- (D) o agregam – o distinguirão – o faltarão
- (E) lhe agregam – o distinguirão – lhe faltarão

15. Atente para as seguintes afirmações:

- I. As vocações se revelam desde muito cedo.
- II. Não há vocações tardias.
- III. Os jovens devem trabalhar logo.

Essas afirmações estão articuladas de modo correto, claro e coerente em:

- (A) Como desde muito cedo os jovens se revelam, suas vocações para o trabalho não devem de ser tardias.
- (B) Uma vez que não há vocações tardias, os jovens devem trabalhar desde cedo, conquanto logo se revelem.
- (C) Como não há vocações tardias, dado que muito cedo já se revelam, devem os jovens trabalhar logo.
- (D) Logo devem os jovens trabalharem, visto que não havendo vocações tardias, desde cedo elas se revelam.
- (E) Sendo que não há vocações tardias, os jovens devem logo trabalhar, já que aquelas se revelam desde muito cedo.

**Noções de Informática**

16. Sobre *hardware* e *software*, analise:

- I. ROM são memórias de baixa velocidade localizadas em um processador que armazena dados de aplicações do usuário para uso imediato do processador.
- II. O tempo de execução do computador é medido em ciclos; cada ciclo representa uma oscilação completa de um sinal elétrico fornecido pelo gerador de relógio do sistema. A velocidade do computador geralmente é dada em GHz.
- III. O processador é um componente de *hardware* que executa um fluxo de instruções em linguagem de máquina.
- IV. Um aplicativo é primariamente um gerenciador de recursos do computador, seu projeto está intimamente ligado aos recursos de *software* e *hardware* que devem gerenciar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

17. No *Windows XP*, para formatar um disco é necessário selecionar um sistema de arquivos. O sistema de arquivos nativo do *Windows XP*, adequado inclusive para unidades de disco grandes e que permite compressão e criptografia de arquivo é conhecido como

- (A) FAT16.
- (B) FAT32.
- (C) FAT64.
- (D) NTFS.
- (E) MFT.

18. No *Word 2010*, é possível localizar-se rapidamente em documentos longos, reorganizar com facilidade os documentos arrastando e soltando seções em vez de copiar e colar, além de localizar conteúdo usando a pesquisa incremental. Para isso é necessário

- (A) clicar na opção Localizar da guia Exibição.
- (B) habilitar o Painel de Navegação clicando na guia Exibição e marcando a opção Painel de Navegação.
- (C) clicar na opção Pesquisa Incremental da guia Pesquisa.
- (D) exibir o Painel de Navegação clicando na guia Inserir pesquisa.
- (E) habilitar o Painel de Localização clicando na guia Inserir e marcando a opção Painel de Localização.

19. É um exemplo de URL (*Uniform Resource Locator*) INCORRETO:

- (A) smtp://www.map.com.br/força/brasil.html
- (B) https://www.uni.br/asia/china.php
- (C) http://dev.doc.com/downloads/manuais/doc.html
- (D) ftp://ftp.foo.com/home/foo/homepage.html
- (E) file://localhost/dir2/file.html

20. Sobre segurança da informação é correto afirmar:

- (A) Os usuários de sistemas informatizados, devem ter acesso total aos recursos de informação da organização, sendo desnecessário a utilização de *login* e senha.
- (B) As organizações não podem monitorar o conteúdo dos *e-mails* enviados e recebidos pelos seus colaboradores e nem utilizar esses dados para fins de auditoria e/ou investigação.
- (C) É possível saber quais páginas foram acessadas por um computador, identificar o perfil do usuário e instalar programas espíões, entretanto, não é possível identificar esse computador na Internet devido ao tamanho e complexidade da rede.
- (D) Para criar senhas seguras é indicado utilizar informações fáceis de lembrar, como nome, sobrenome, número de documentos, números de telefone, times de futebol e datas.
- (E) Um *firewall*/roteador ajuda a promover uma navegação segura na *web*, pois permite filtrar os endereços e bloquear o tráfego de *sites* perigosos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

21. A empresa Figueira S.A. ao estabelecer as taxas de depreciação optou por adotar as taxas fiscais, ainda que soubesse que seus ativos teriam vida útil econômica substancialmente diferente. Procedeu dessa forma para aumentar a depreciação do período, realizando assim menos pagamento de dividendos. Pode-se afirmar que a empresa NÃO atendeu ao princípio/pressuposto da
- (A) neutralidade.
(B) materialidade.
(C) competência.
(D) essência.
(E) entidade.
-
22. Quando a soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante for superior ao total dos ativos, verifica-se a presença de
- (A) uma riqueza própria.
(B) um ativo negativo.
(C) um PL negativo.
(D) um ativo inferior ao PL.
(E) um PL nulo.
-
23. A conversão de um passivo relevante de Longo Prazo em capital afeta
- (A) o índice de liquidez imediata.
(B) o nível de endividamento.
(C) a margem líquida operacional.
(D) o retorno do ativo.
(E) o índice de liquidez seca.
-
24. O ativo imobilizado da empresa Gurupi S.A., considerado uma unidade geradora de caixa, possuía reavaliação de R\$ 200.000,00, em 2008. A administração da empresa manteve a reavaliação contabilizada em conformidade com a permissibilidade dada pela lei. Ao executar o teste de recuperabilidade dessa unidade geradora de caixa, identificou uma perda no valor recuperável de R\$ 300.000,00. O lançamento contábil para o registro desse fato é:

(A)	Débito	Crédito
Ativo Imobilizado	100.000	
a Ganho de Imobilizado		100.000
(B)	Débito	Crédito
Ativo Imobilizado	100.000	
Reserva de Reavaliação	200.000	
a Ganhos com Imobilizado		300.000
(C)	Débito	Crédito
Ativo Imobilizado	100.000	
a Ajuste Especial – Patrimônio Líquido		100.000
(D)	Débito	Crédito
Reserva de Reavaliação	200.000	
Perdas com Ativo Imobilizado	100.000	
a Conta de Ativo Imobilizado		300.000
(E)	Débito	Crédito
Perdas com Ativo Imobilizado	300.000	
a Ativo Imobilizado		300.000



25. O valor líquido de realização de mercadorias para revenda é
- (A) o valor corrente do estoque acrescido dos impostos diretos e dos gastos adicionais incidentes sobre a operação de compra de novos estoques que gerem igual benefício futuro à entidade vendedora.
 - (B) o valor pelo qual o vendedor espera repor no estoque da mercadoria vendida, deduzido dos gastos ocorridos na aquisição desse estoque.
 - (C) o montante do valor constante da fatura de compra da mercadoria deduzido dos impostos diretos e acrescido dos gastos relativos ao transporte desse estoque até o local indicado pelo comprador.
 - (D) a quantia pela qual a mercadoria pode ser trocada entre compradores e vendedores conhecedores do mercado e dispostos livremente a isso, sem que ocorra qualquer fato compulsório.
 - (E) determinado pela subtração do preço de venda, esperado no curso normal da comercialização da mercadoria, do custo da mercadoria vendida e dos gastos necessários para a realização dessa venda.
-
26. São procedimentos a serem adotados no registro dos ativos intangíveis:
- (A) estabelecer valor justo para as novas marcas geradas internamente.
 - (B) atribuir valor de mercado a cada final de exercício.
 - (C) manter o valor de custo para os intangíveis.
 - (D) ativar as amortizações subsequentes com esses ativos.
 - (E) a separação de seu valor do *goodwill*.
-
27. Uma máquina (ativo imobilizado) deve ter sua depreciação iniciada, quando
- (A) for firmada a compra com o fornecedor.
 - (B) começar a produzir.
 - (C) estiver disponível para uso.
 - (D) for entregue na fábrica.
 - (E) finalizar a primeira produção.
-
28. Na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) são identificados como Valor Adicionado Recebido Em Transferência:
- (A) as receitas financeiras obtidas e os dividendos recebidos.
 - (B) os resultados na venda de imobilizados, as depreciações e as amortizações.
 - (C) os *royalties* recebidos e os insumos adquiridos de terceiros.
 - (D) os serviços profissionais contratados de terceiros e os aluguéis obtidos.
 - (E) os impostos recuperáveis e as recuperações de perdas.
-
29. Na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa são classificadas como Atividades de Financiamento:
- (A) a aquisição de títulos patrimoniais de outras empresas e os contratos de mútuo concedidos às empresas controladas.
 - (B) o aumento de capital social com saldos de reservas e as vendas de imobilizados à vista.
 - (C) a obtenção de novos empréstimos de longo prazo e o resgate de aplicações financeiras de longo prazo.
 - (D) o pagamento de juros sobre capital próprio e a venda de novas ações.
 - (E) a quitação de passivos não circulantes e os ganhos com alienação de participações societárias.
-
30. Um dos eventos que afetam financeiramente os Fluxos de Caixa das empresas é
- (A) a despesa de depreciação.
 - (B) a venda de imobilizado.
 - (C) a variação cambial apropriada.
 - (D) o ajuste de diferenças de inventário.
 - (E) a equivalência patrimonial negativa.



31. Com relação à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) pode-se afirmar que
- (A) esta demonstração é de apresentação obrigatória de acordo com as normas emanadas pela Lei das Sociedades por Ações.
 - (B) nela são evidenciadas todas as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido da entidade e o Resultado Abrangente total do período, segregando-se o montante total atribuível aos controladores e o montante correspondente à participação de não controladores.
 - (C) a DMPL deve evidenciar somente as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido relativas à parte do acionista controlador.
 - (D) as empresas de capital aberto estão desobrigadas de apresentar a DMPL se divulgarem em notas explicativas a apuração do Resultado Abrangente.
 - (E) as pequenas e médias empresas estão totalmente desobrigadas da apresentação desta demonstração, sendo a mesma, substituída integralmente pela Demonstração de Lucros/Prejuízos Acumulados.
-
32. A empresa Revisa S.A. foi contratada para ampliar a estrada de ferro Norte Leste. No período de inverno a região sofre muitos alagamentos, forçando a suspensão das obras por três meses. Com relação à capitalização dos custos dos empréstimos a empresa deve
- (A) suspender a contabilização, em decorrência dos fenômenos naturais.
 - (B) contabilizar somente 50% dos custos dos empréstimos.
 - (C) encerrar a ativação e considerar a partir dessa data como despesa.
 - (D) continuar contabilizando normalmente.
 - (E) registrar somente 25% dos custos dos empréstimos.
-
33. A empresa Valor e Geração S.A. fez uma aplicação em CDB de 720 dias. A empresa classificou a aplicação como um instrumento financeiro com finalidade de disponibilidade para venda. Dessa forma, deve a empresa registrar na data do fato e posteriormente o CDB pelo valor
- (A) da transação e a valor justo.
 - (B) justo e a valor de custo amortizado.
 - (C) de mercado e a valor de custo amortizado.
 - (D) médio de mercado e pelo valor de custo amortizado.
 - (E) de face do papel e pela média do custo da carteira da empresa.
-
34. A empresa Moderna S.A está elaborando um plano de reestruturação que atende aos critérios de reconhecimento geral das provisões. Considerando os novos pronunciamentos contábeis podem compor sua base:
- (A) o treinamento do pessoal e as despesas legais para viabilização do projeto de reestruturação.
 - (B) os investimentos em novos sistemas e o treinamento do pessoal.
 - (C) os salários do plano de demissão voluntária e o custo dos planos de saúde dos demitidos no plano.
 - (D) a estruturação de novas redes de distribuição e as despesas legais para viabilização do projeto.
 - (E) a relocação de pessoal e os valores de indenização do plano de demissão voluntária.
-
35. De acordo com as normas contábeis atuais, é correto afirmar que:
- I. As despesas antecipadas somente poderão integrar o Ativo Circulante.
 - II. As propriedades para investimentos são evidenciadas no Ativo Não Circulante.
 - III. Os imobilizados estão expostos apenas à depreciação.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II.
 - (E) III.

**Contabilidade Pública**

36. A determinação legal que a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público atende ao princípio orçamentário da
- (A) Universalidade.
 - (B) Unidade ou Totalidade.
 - (C) Anualidade ou Periodicidade.
 - (D) Exclusividade.
 - (E) Legalidade.
-
37. As diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada serão estabelecidas na Lei
- (A) Orçamentária Anual.
 - (B) de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) do Plano Plurianual.
 - (D) dos Créditos Adicionais.
 - (E) do Orçamento de Investimentos.
-
38. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o
- (A) décimo dia útil de cada mês, em duodécimos.
 - (B) dia 20 do primeiro mês de cada bimestre, em cotas bimestrais.
 - (C) décimo dia útil do primeiro mês de cada trimestre, em cotas trimestrais.
 - (D) último dia útil de cada mês, em duodécimos.
 - (E) dia 20 de cada mês, em duodécimos.
-

Atenção: As questões de números 39 e 40 referem-se à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

39. O Anexo onde serão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes integrará, o
- (A) Projeto de Lei do Plano Plurianual.
 - (B) Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) Projeto de Lei Orçamentária Anual.
 - (D) Orçamento Fiscal e de Investimento.
 - (E) Plano de Custeio e Investimento Anual.
-
40. A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso será estabelecida
- (A) pelo Poder Executivo até vinte dias após a aprovação dos orçamentos, nos termos em que dispuser o Decreto de Execução Orçamentária.
 - (B) para a administração direta até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) para administração direta e indireta até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser o Decreto de Execução Orçamentária.
 - (D) pelo Poder Executivo até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário até vinte dias após a aprovação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
-



41. Os ingressos de valores nos cofres públicos onde o Estado é mero depositário desses valores, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, e alterações posteriores, no Balanço Financeiro são classificados como
- (A) ingressos orçamentários.
 - (B) receitas extraorçamentárias.
 - (C) passivo financeiro.
 - (D) passivo circulante.
 - (E) valores de terceiros.

42. Quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, é correto afirmar que as operações de crédito de longo prazo é uma Receita Orçamentária
- (A) Não Efetiva, porém, constitui-se em fato contábil modificativo e por isso altera a situação líquida patrimonial.
 - (B) Efetiva, porém não altera a situação líquida patrimonial e, por isso, constitui fato contábil permutativo.
 - (C) Corrente e por isso não altera a situação líquida patrimonial, logo, constitui fato contábil permutativo.
 - (D) Capital que altera a situação líquida patrimonial e, por isso, constitui fato contábil modificativo.
 - (E) Não Efetiva que não altera a situação líquida patrimonial e, por isso, constitui fato contábil permutativo.

43. O Balanço Orçamentário de determinada entidade pública, em 31/12/2010, apresentou as seguintes receitas arrecadadas:

Receitas	Valor
Patrimoniais	250
Operações de Crédito	90
Alienação de Bens	110
Industrial	80
Serviços	120
Amortização de Empréstimos	50
Contribuições	150

Com base nos valores acima, pode-se afirmar que as receitas correntes e de capital somam, respectivamente,

- (A) 650 e 200
- (B) 600 e 250
- (C) 520 e 330
- (D) 450 e 400
- (E) 350 e 500

Atenção: Utilize as informações a seguir para responder às questões de números 44 a 46.

Determinada Entidade Pública no exercício de 2010, realizou as seguintes operações relativas à execução orçamentária:

	Em \$
Recebimento de Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	120
Despesa com aquisição de um veículo	180
Recebimento de Impostos	300
Recebimento de Aluguéis por uso de área pública	110
Despesa com Locação de Imóveis	60
Despesa com aquisição de material de expediente	30
Recebimento de Dívida Ativa de Impostos	90
Conservação e adaptação de bens imóveis	100
Despesas do exercício de 2010 inscritas em Restos a Pagar	50
Abertura de Créditos Suplementares	40
Recebimento de Caução para garantia de execução de contrato	30

44. O total das receitas tributárias arrecadadas (em \$) foi de

- (A) 300
- (B) 330
- (C) 390
- (D) 420
- (E) 510



45. A soma das despesas correntes (em \$) foi de
- (A) 30
(B) 60
(C) 130
(D) 190
(E) 370
-
46. O montante das despesas de capital e o superávit da execução orçamentária foram, respectivamente, de (em \$)
- (A) 180 e 200
(B) 180 e 250
(C) 240 e 250
(D) 280 e 250
(E) 340 e 200
-
47. No exercício financeiro, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 (Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal), sob o aspecto orçamentário, o reconhecimento da receita ocorre no momento
- (A) do Lançamento.
(B) da Previsão.
(C) da Arrecadação.
(D) da Contabilização.
(E) do Recolhimento.
-
48. A Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em cada período de apuração, determina dois limites distintos para os gastos com pessoal no setor público que NÃO poderão exceder
- (A) 40,9% para a União e 49% para Estados e Municípios da receita orçamentária.
(B) 50% para a União e 54% para Estados e Municípios da receita corrente líquida.
(C) 50% para a União e 54% para Estados e Municípios da receita orçamentária.
(D) 50% para a União e 60% para Estados e Municípios da receita corrente líquida.
(E) 60% para a União e 50% para Estados e Municípios da receita corrente líquida.
-
49. De acordo com a Portaria Interministerial nº 163/01, a estrutura da natureza da despesa a ser observada na execução orçamentária de todas as esferas de Governo, compõe-se, dentre outros, de
- (A) Despesa Corrente, de Capital, Modalidade de Aplicação e Elemento de Despesa.
(B) Categoria Econômica, Programa, Projeto, Atividade e Operação Especial.
(C) Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação e Elemento de Despesa.
(D) Despesa de Custeio, Investimento, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.
(E) Despesa de Custeio, de Transferências Correntes, Despesa de Capital e Elemento de Despesa.
-
50. O Balanço Orçamentário de 2010 de determinada Entidade apresentou os seguintes dados contábeis:
- | | |
|---|---|
| <p>1. Receitas Previstas</p> <p>Corrente \$ 120
Capital \$ <u>60</u>
\$ 180</p> <p>2. Receitas Arrecadadas</p> <p>Corrente \$ 160
Capital \$ <u>40</u>
\$ 200</p> | <p>Despesas Fixadas</p> <p>Corrente..... \$ 110
Capital..... \$ <u>70</u>
\$ 180</p> <p>Despesas Empenhadas</p> <p>Corrente..... \$ 80
Capital..... \$ <u>60</u>
\$ 140</p> |
|---|---|
- Considerando os valores apresentados no referido Balanço, pode-se afirmar que houve
- (A) Superávit Corrente de \$ 80 e Superávit Orçamentário de \$ 60.
(B) Excesso de Arrecadação de \$ 20 e Déficit Orçamentário de \$ 40.
(C) Superávit Corrente de \$ 40 e Insuficiência de Arrecadação na Receita de Capital de \$ 20.
(D) Excesso de Arrecadação de \$ 20 e Déficit de Capital de \$ 10.
(E) Economia Orçamentária de \$ 40 e Déficit Orçamentário de \$ 60.

**Auditoria**

51. Dentre outros, são princípios fundamentais de ética profissional relevantes para o Auditor quando da condução de auditoria de demonstrações contábeis:
- (A) formalismo e confiabilidade.
 - (B) integridade e pessoalidade.
 - (C) confidencialidade e motivação.
 - (D) formalismo e objetividade.
 - (E) integridade e objetividade.
-
52. No que se refere à guarda da documentação, o Auditor, para fins de fiscalização do exercício profissional, deve conservar a boa guarda pelo prazo de
- (A) dezoito meses, a partir da data de emissão do relatório e parecer relacionado com os serviços realizados.
 - (B) dois anos, a partir da data do término dos serviços realizados.
 - (C) três anos, a partir da data do início dos serviços realizados.
 - (D) cinco anos, a partir da data de emissão do seu parecer, de toda a documentação, papéis de trabalho, relatórios e pareceres relacionados com os serviços realizados.
 - (E) dez anos, a partir da data de entrega ou publicação do seu parecer relacionado com os serviços realizados.
-
53. Aqueles que, estipendiados ou não pelos cofres públicos, e que, por ação ou omissão, derem causa a perda, subtração, extravio ou estrago de valores, bens e materiais da União pelos quais sejam responsáveis, sujeitam-se à atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal mediante processo de
- (A) Prestação de Contas.
 - (B) Tomada de Contas.
 - (C) Auditoria Especial.
 - (D) Inspeções.
 - (E) Diligências.
-
54. No Sistema de Controle Interno Federal, os procedimentos de auditoria que visam à obtenção de evidências quanto à suficiência, exatidão e validação dos dados produzidos pelos sistemas contábil e administrativos da entidade são denominados:
- (A) Exame Documental e Contagem Física.
 - (B) Investigação e Confirmação.
 - (C) Testes de Observância.
 - (D) Exame dos Registros.
 - (E) Testes Substantivos.
-
55. Os resultados dos trabalhos de auditoria realizados pelo Sistema de Controle Interno Federal, são levados ao conhecimento das autoridades competentes na forma de
- (A) Relatório.
 - (B) Nota.
 - (C) Certificado.
 - (D) Papéis de Trabalho.
 - (E) Parecer.
-
56. A verificação da execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, no âmbito do Sistema de Controle Interno Federal, é um dos objetivos da auditoria
- (A) de avaliação de gestão.
 - (B) contábil.
 - (C) orçamentária.
 - (D) de acompanhamento de gestão.
 - (E) operacional.



57. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, sendo uma de suas competências:
- (A) Julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, que deverá ocorrer em sessenta dias a contar de seu recebimento.
 - (B) Apreciar mediante parecer prévio, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração federal direta e indireta.
 - (C) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
 - (D) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
 - (E) Avaliar o desempenho das auditorias internas das entidades da Administração Pública Federal Indireta.
-
58. Conforme Regimento Interno, o Tribunal de Contas da União, no exercício de suas atribuições, utiliza-se de instrumentos de fiscalização. Dentre outros, são instrumentos de fiscalização:
- (A) Auditoria Contábil e Diligências.
 - (B) Inspeções e Diligências.
 - (C) Acompanhamentos e Monitoramentos.
 - (D) Auditoria Operacional e Intimação.
 - (E) Diligências e Intimação.
-
59. Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, no âmbito do Controle Externo Federal, compete
- (A) à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal.
 - (B) ao Tribunal de Contas da União.
 - (C) ao Ministério Público Federal.
 - (D) ao Poder Judiciário Federal.
 - (E) ao Congresso Nacional.
-
60. No âmbito do Controle Externo Federal, a fiscalização que objetiva examinar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de programas governamentais, é executada mediante auditoria
- (A) Patrimonial.
 - (B) de Monitoramento de Execução de Programas.
 - (C) de Análise de Execução de Programas.
 - (D) de Análise de Gestão de Programas.
 - (E) Operacional.

**PROVA DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO**

Instruções: As questões deverão ser respondidas unicamente nos locais (quadros) indicados e sem rasuras.

Um analista necessitando fundamentar a emissão de seu parecer técnico, sobre a situação contábil-financeira da Cia Solar, solicita e recebe da empresa as seguintes informações:

Balancetes finais dos exercícios de 2009 e 2010 (em R\$)

Cia Solar – Balancetes Finais de Verificação	Saldos em 31.12.2009	Saldos em 31.12.2010
Disponibilidades	31.000	5.500
Estoques	30.000	60.000
Clientes	195.000	230.000
(-) PCLD (1)	(7.800)	(11.500)
Participação em outras Sociedades – Cia Araçonga (2)	342.000	362.000
Terrenos	234.500	255.000
Edificações	50.000	50.000
Móveis e Utensílios	30.000	30.000
Instalações (3)	40.000	90.000
Máquinas e Equipamentos	100.000	100.000
Veículos (3)	90.000	180.000
(-) Depreciações Acumuladas	(35.500)	(65.500)
Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)	450.000	630.000
Despesas de Pessoal	193.000	203.000
Despesas de Vendas	160.000	200.000
Despesas Administrativas	50.000	165.500
Despesas de Depreciação	30.000	30.000
Perdas com Clientes	0	5.000
Despesas com Crédito de Liquidação Duvidosa	7.800	11.500
Despesas Financeiras de Juros (4)	55.000	95.000
Despesas Financeiras de Variação Cambial (5)	30.000	20.000
Despesas Tributárias	145.000	165.000
Total Saldos Devedores	2.220.000	2.810.500
Fornecedores	99.700	130.000
Contas a Pagar	69.000	61.500
Impostos a Recolher	65.000	74.000
Encargos Sociais a Recolher	20.000	30.000
Nota Promissória a Pagar (90 dias)	160.500	142.500
Provisão para Imposto de Renda	0	0
Dividendos a Pagar	0	0
Juros a Pagar (5)	30.000	40.000
Empréstimos a Pagar Longo Prazo (5)	150.000	170.000
Capital Social (7) (10)	300.000	380.000
Reserva Legal (7)	15.000	20.000
Reservas de Lucros (9)	0	7.500
Lucros /Prejuízos Acumulados (6)	65.000	0
Vendas	1.225.300	1.720.000
Receitas Financeiras de Juros	5.500	15.000
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.000	20.000
Reversão de PCLD	5.000	0
Total Saldos Credores	2.220.000	2.810.500

